



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/12/2014 - Telesíntese

Lei das antenas é engavetada no Senado Federal

As operadoras de celular acabaram de dar um cheque de R\$ 5 bilhões ao governo federal pelas frequências 700 MHz. Mas as empresas continuarão com dificuldades para ocupar esta faixa e melhorar a qualidade da telefonia celular no Brasil. O Projeto de Lei Geral das Antenas - pelo qual o Ministério das Comunicações e as operadoras trabalham por sua aprovação desde 2012- não será incluído na pauta de votação deste ano do Senado Federal. E no próximo ano, com novo parlamento, também será um novo recomeço para o projeto.

As operadoras de celular acabaram de dar um cheque de R\$ 5 bilhões ao governo federal pelas frequências 700 MHz. Mas as empresas continuarão com dificuldades para ocupar esta faixa e melhorar a qualidade da telefonia celular no Brasil. O Projeto de Lei Geral das Antenas - pelo qual o Ministério das Comunicações e as operadoras trabalham por sua aprovação desde 2012- não será incluído na pauta de votação deste ano do Senado Federal. E no próximo ano, com novo parlamento, também será um novo recomeço para o projeto.

Embora o atual relator do projeto, senador Walter Pinheiro (PT/BA,) tenha firmado acordo com a oposição – na figura do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) – para a aprovação da proposta pelo plenário ainda este ano, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, decidiu não incluir o projeto na pauta de prioridades para votação.

Além das dificuldades atuais enfrentadas pelo Congresso Nacional com as votações prioritárias – fala-se até mesmo em cancelar o recesso parlamentar, que começaria no próximo dia 22, para a votação da LDO e do Orçamento de 2015 – comenta-se que há uma má vontade dos senadores do PMDB com este projeto, que tem o amplo apoio das operadoras de telecomunicações e do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

A proposta original foi de iniciativa do Senado Federal e o governo, que tinha também um projeto semelhante, chegou a abrir mão para encampar a proposta legislativa. Em dezembro de 2012, o projeto foi votado por quatro comissões técnicas do Senado e pela Comissão de Ciência e Tecnologia. No início de 2013, seguiu para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Lá, ele fica parado por mais de um ano, sendo aprovado em novembro na comissão técnica, mas somente em

junho de 2014 no Plenário da Casa. Como os deputados fizeram algumas mudanças importantes no projeto – principalmente aquela que trata da aprovação automática da instalação da antena, caso a prefeitura não avalie o projeto técnico em 60 dias, com a retirada desta cláusula – ele teve que voltar para o Senado Federal, casa originária. E lá, tudo prometia para ser aprovado até dezembro de 2014, mas a promessa não conseguirá se efetivar.

O projeto uniformiza as regras e locais para a instalação de antenas de celular em todo o país, estabelecendo salvaguardas e restrições uniformes, ao contrário do que existe atualmente, onde cada cidade define regras diferentes e antagônicas.

Mas a proposição tem um item considerado inconstitucional, que é justamente aquele que estabelece a aprovação automática da licença por parte da municipalidade, caso o pleito não seja avaliado em dois meses. O MiniCom não abre mão deste quesito, entendendo que sem ele a morosidade na instalação da infraestrutura no Brasil se perpetua.

No próximo ano, com novos senadores, nova Mesa Diretora, tudo terá que recomeçar. Hoje o Brasil tem pouco mais de 70 mil antenas, para este vasto território.

É muita pouca antena para tanto celular. Conforme dados da Anatel divulgados em 2012, o Brasil tem uma média de 4,6 mil celulares conectados em cada antena instaladas. Enquanto que na Espanha ou Japão esta média é de 430 linhas por antena. Nos Estados Unidos são quatro vezes mais antenas por acesso móvel do que aqui. E tudo isto devido às enormes dificuldades estabelecidas pelas prefeituras para a instalação de novas torres. As operadoras de celular afirmam que em algumas localidades a demora para a aprovação de um pleito é de mais de dois anos.



12/12/2014 - Telesíntese

Tim Brasil vale US\$ 25 bilhões, acredita a Telecom Italia

A suposta oferta de US\$ 15 bilhões em estudo pela Claro, Oi e Telefonica Vivo pela Tim Brasil é pelo menos 66% menor do que o preço considerado justo pela Telecom Italia, que avaliou a operadora brasileira em pelo menos US\$ 25 bilhões, incluindo as dívidas.

A suposta oferta de US\$ 15 bilhões em estudo pela Claro, Oi e Telefonica Vivo pela Tim Brasil é pelo menos 66% menor do que o preço considerado justo pela Telecom Italia, que avaliou a operadora brasileira em pelo menos US\$ 25 bilhões, incluindo as dívidas, conforme a agência Bloomberg.

Segundo a fonte da agência de notícias, a Telecom Italia continua estudando uma oferta para a Oi, com uma postura um pouco diferente de apenas fazer uma fusão com a concessionária brasileira. Conforme as fontes da agência, a operadora italiana, ainda não pediu, no entanto qualquer acesso

aos números da Oi, que tem um valor de mercado de apenas US\$ 3,7 bilhões e dívida de US\$ 18 bilhões.

Hoje a TIM Brasil representa 30% das receitas da Telecom Italia. A oferta de US\$ 15 bilhões – que seria feita primeiro pelo banco BTG que depois revenderia a empresa fatiada para as três operadoras aqui instaladas, sendo que a Telefônica só entraria no negócio depois da concretização da compra da GVT – representa hoje 7,5 vezes o Ebitda da TIM Brasil, ou 40% a mais do valor de mercado da operadora brasileira.

11/12/2014 - Teletime

Estudo global da Ofcom mostra Brasil como sexto maior mercado de comunicações

O estudo global anual sobre o mercado de telecomunicações divulgado nesta quinta, 11, pela Ofcom (órgão regulador inglês) traz uma boa dimensão de como está o desempenho dos maiores mercados. O estudo envolve 18 países, entre eles os maiores mercados europeus, asiáticos, os EUA e ainda os países emergentes (Brasil, China, Índia e Rússia). Segundo o estudo, no ano de 2013 o mercado de comunicações global (incluindo o mercado de mídia, telecomunicações e serviços postais) cresceu 2,1% em relação a 2012, para US\$ 1,9 trilhão. Obviamente, a maior fatia cabe ao setor de telecomunicações, que nestes países pesquisados foi de US\$ 1,3 trilhão, contra US\$ 398 bilhões do mercado de TV. Desse

total, cerca de US\$ 200 bilhões correspondem ao mercado de TV por assinatura.

Os três maiores mercados de comunicações no mundo em 2013, segundo o estudo da Ofcom, são EUA (US\$ 521,2 bilhões), China (R\$ 202 bilhões), Japão (US\$ 185 bilhões), seguidos por Alemanha (US\$ 88 bilhões), Reino Unido (US\$ 80 bilhões) e Brasil (US\$ 73 bilhões).

O estudo traz uma enorme quantidade de dados comparativos sobre vários mercados, desde consumo de mídia até transações comerciais por meio de redes móveis. A íntegra do estudo pode ser obtida na página da Ofcom.



14/12/2014 - Carta Maior

As crianças são as/os que mais sofrem com a desigualdade. Concordamos?

Ideias como a da redução da idade penal e ataques aos direitos sociais farão de alvo, uma vez mais, as crianças e adolescentes brasileiros.



Concentração de renda; desigualdade social; serviços públicos de saúde e educação precários; direito à moradia; racismo, machismo e homofobia; poder da grande mídia e imposições de padrões de beleza e consumo; violência de todos os tipos, encarceramento e mortes. Nós que de alguma maneira nos preocupamos com a situação do país, concordamos que são as crianças e os adolescentes, filhos e filhas de trabalhadoras/es e especialmente negras/os, os que mais sofrem com esta realidade?

É certo que a escalada do pensamento conservador e o fortalecimento de sua representação política no Congresso, somada à força dos grandes meios de comunicação, representará desafios ainda maiores em 2015. Redução da idade penal, recrudescimento de leis punitivas e restritivas de direitos além de ataques aos direitos sociais fará de alvo, uma vez mais, as crianças e adolescentes brasileiros.

Diante da gravidade da situação, organizações

de direitos humanos e movimentos sociais se mobilizaram e constituíram a Frente Ampla pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes no Brasil, espaço aberto e horizontal de participação, que tem como principal objetivo garantir a construção de uma Agenda de Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes de forma ampla e diversa.

Como tarefa imediata, essas organizações conformam um bloco popular para a participação no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá acontecer no próximo dia 16/12, terça-feira. Antes haverá um Encontro Aberto da Frente Ampla, para reflexões, análise de conjuntura e mobilização para eleições. O evento acontecerá na segunda-feira, dia 15/12, às 14h00 em Brasília, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Saus, Quadra 5, Bloco M, na Asa Sul – 4o. Andar.



14/12/2014 - Carta Capital

Combate à violência contra a mulher avança pouco nas últimas décadas

Declarações como a do deputado federal Jair Bolsonaro dificultam conscientização. Para especialistas, machismo é a principal causa dessa violência. Número de agressões continua elevado

As declarações ofensivas do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS) durante um discurso na Câmara nesta quarta-feira 10 voltaram a causar indignação e levaram quatro partidos – PT, PC do B, PSOL e PSB – a pedir a cassação do parlamentar.

Durante o discurso, Bolsonaro afirmou que só não estupraria a colega porque ela "não merecia". Atitudes como a do deputado contribuem para perpetuar o machismo e a violência contra a mulher, ainda bastante presentes no país.

Em 2014, casos de abuso sexual a mulheres no transporte público e o incentivo a esse assédio em uma página no Facebook causaram revolta no Brasil. O fato mostra como a violência contra a mulher continua presente em espaços públicos e privados.

Há 40 anos, a ONU abriu o debate sobre o tema e declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, um marco no reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres e no combate à discriminação, além da ampliação de direitos às mulheres.

Em 1995, na quarta conferência sobre mulheres das Nações Unidas em Pequim, a organização traçou metas para acabar com essa violência. Passado 20 anos, apesar dos avanços, as mulheres continuam em situação vulnerável.

"O que determina a violência contra as mulheres é precisamente a questão cultural do machismo. Essa ideia de que homens e mulheres não são iguais", afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde

(OMS), 35% das mulheres no mundo foram vítimas de violência física ou sexual em 2013. Em alguns países, essa realidade atinge 70% da população feminina.

Segundo a porta-voz da Anistia Internacional na Alemanha sobre violação de direitos humanos das mulheres, Gunda Opfer, a violência doméstica, cometida por parceiros ou familiares, é a forma mais frequente de agressão contra mulheres. Em uma pesquisa entre 45 países, o Paquistão foi o líder na violência doméstica, seguido da Rússia e da Bolívia.

Números elevados no Brasil

No Brasil, os números da violência contra a mulher também são alarmantes. Assim como em outros países, 71,8% das situações de violência física ou sexual cometidas contra a mulher ocorrem no ambiente doméstico.

Além disso, uma pesquisa realizada com jovens entre 16 e 24 anos mostrou que 78% das mulheres já foram vítimas de assédio em locais públicos, sendo que 31% delas já sofrem abuso dentro do transporte público.

"As causas para a discriminação e a violência contra a mulher são as tradições enraizadas de que a mulher não possui os mesmos direitos que os homens, tradições de que as mulheres são consideradas seres humanos de segunda classe e tratada quase como propriedade dos homens", afirma Opfer.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/combate-a-violencia-contra-a-mulher-avanca-pouco-nas-ultimas-decadas-2480.html>

11/12/2014 - Brasil de Fato

Pela quinta vez, fiscais apontam trabalho escravo em obra da MRV

Segundo MTE e MPT, 118 operários viviam sob péssimas condições de alojamento e alimentação. Fiscalização relatou também servidão por dívida e tráfico de pessoas



Tráfico de pessoas, servidão por dívida, condições de alojamento e alimentação degradantes. Segundo relatório feito por cinco auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e declarações do procurador Marcelo José Fernandes, do Ministério Público do Trabalho (MPT), 118 trabalhadores estavam submetidos a tais violações e foram resgatados da escravidão em uma obra da construtora MRV em Macaé (RJ). Destes, 108 eram contratados da MRV e 10 eram funcionários de empresas terceirizadas. Participaram da libertação também dois agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). É a quinta fiscalização feita por diferentes órgãos desde fevereiro de 2011 em que a empresa é considerada responsável por explorar mão de obra escrava. Somando os cinco flagrantes, foram 203 pessoas resgatadas em quatro anos.

O resgate mais recente aconteceu em outubro. Em visita ao local das obras, a força-tarefa formada por integrantes do MTE, MPT e PRF, considerou degradante a situação vivida pelos trabalhadores no alojamento fornecido pela construtora. As condições de higiene eram muito precárias e a alimentação era parca e desbalanceada. Além disso, foram constatadas as práticas de

descontos ilegais nos pagamentos, servidão por dívida e de tráfico de pessoas, uma vez que parte das vítimas foi recrutada por engenheiros da empresa em Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe.

“A moradia era ruim. Os sanitários, péssimos, com fezes escorrendo. Os trabalhadores tinham de tomar de banho usando EPIs [Equipamentos de Proteção Individual], como botas. O refeitório ficava em cima dos sanitários. O cheiro era insuportável. Ninguém consegue fazer sua refeição em um local cheirando a urina”, relata Márcia Albernaz, auditora fiscal que comandou a fiscalização. “Havia problemas nos artigos de segurança, na alimentação... era um rol de irregularidades que afetava um conjunto grande de trabalhadores. Faz as pessoas se indignarem.” Condições degradantes e servidão por dívida figuram no artigo 149 do Código Penal como elementos que configuram a exploração de trabalho análogo à escravidão. Segundo placas afixadas em um dos condomínios que estavam sendo erguidos pela MRV, o empreendimento recebia recursos da Caixa Econômica Federal, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida.

Por conta de dois dos flagrantes, a MRV chegou a ser incluída na chamada “lista suja do trabalho escravo”, listagem de empregadores que exploram mão de obra escrava mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No entanto, liminares na Justiça impedem que a construtora siga figurando nela, decisões criticadas pelo MPF, que emitiu parecer recomendando que a empresa volte ao cadastro. Em nota enviada à Repórter Brasil, a construtora afirma que os locais de trabalho “obedecem rigorosamente as normas trabalhistas, com todos os salários e benefícios em dia” e que “refuta as afirmações de que trabalhadores tenham sido resgatados por se encontrarem em condições degradantes e por existirem servidões por dívidas”.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731



A equipe de fiscalização já havia feito uma visita ao local alguns meses antes, em julho, mas a situação encontrada era diferente, pois havia menos trabalhadores alojados na obra e não havia indícios de tráfico de pessoas de outros estados. Segundo Márcia, na ocasião não foi constatado trabalho escravo, e as autuações trabalhistas se referiam a outras irregularidades.

“Mas, de lá para cá, o número de funcionários aumentou de 250 para 360. As instalações que havia não foram capazes de acomodar a todos. Construíram um alojamento novo em contêineres, e o número de chuveiros e banheiros ficou abaixo da legislação. Com a quantidade de gente que havia usando tão poucos banheiros, houve o entupimento do sistema de escoamento de água e dejetos”, diz a auditora.

De acordo com o relatório de fiscalização elaborado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SRTE/RJ), braço do MTE no estado, “em razão do aumento expressivo de laboristas (...) houve – por óbvio – uma falência de todo sistema hidráulico para escoamento de águas servidas e águas para banho e higiene íntima que colapsou pela superpopulação e má adaptação das cabines sanitárias vizinhas aos chuveiros”.

A MRV afirma, em sua nota, que na ocasião da primeira visita dos auditores, autorizou-se a permanência dos trabalhadores no alojamento averiguado. “Importante relatar que os trabalhos de fiscalização estenderam-se por sete dias e que, embora a fiscalização tenha se dado fora dos padrões usuais, todas as solicitações feitas pelos auditores e procurador do trabalho foram integralmente atendidas.” A auditora do MTE Márcia Albernaz, no entanto, reitera que as condições de então

não eram as mesmas das encontradas na segunda fiscalização. “Não havia esse tipo de banheiro, e o refeitório que condenamos agora não tinha sido mostrado à fiscalização, e sim um menor”, esclarece.

Tráfico de pessoas

No total, 356 homens com vínculo empregatício direto com a MRV trabalhavam na obra no momento da fiscalização realizada em outubro. Destes, mais de 100 dormiam no local, em um alojamento conhecido como “Central”. As autoridades trabalhistas apuraram que parte dos trabalhadores contratados entre as fiscalizações de julho e outubro foi vítima de aliciamento e tráfico de pessoas. Segundo Márcia Albernaz, engenheiros da MRV arregimentaram funcionários em Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe. “Mandaram engenheiros para quatro estados diferentes. Em vez de procurarem entidades e órgãos como Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial], Ministério do Trabalho e Sine [Sistema Nacional de Emprego], eles foram atrás de empresas de ‘gatização’, empresas sem idoneidade que cobravam dos trabalhadores uma vaga de emprego”, conta a auditora.

Ela relata que cada vaga custou de R\$ 250 a R\$ 360 aos trabalhadores. Além disso, durante a viagem de seus estados de origem a Macaé, não tiveram os custos cobertos. “Alguns não receberam dinheiro para alimentação, outros receberam R\$ 100. Do Maranhão, são três noites e quatro dias de viagem, esse valor é muito baixo. Alguns trabalhadores empenharam joias de famílias e chegaram endividados. Ficaram com a expectativa de serem reembolsados, mas não foram.”

De acordo com o relatório de fiscalização, a recepção dos empregados no canteiro de obras da MRV ficou caracterizada como “assenhoramento” moderno, ou servidão por dívida, pois o aliciamento havia sido feito com cobrança pelo emprego e falta de indenização com alimentação no traslado. “As dívidas foram induzidas em razão da cobrança por transporte (deslocamentos pendulares e passagem de retorno), hospedagem e alimentação. Nesses casos, o cerceamento da liberdade dá-se tanto pela necessidade de pagar quanto pelo constrangimento pessoal do trabalhador, que se sente moralmente obrigado a quitar as dívidas com sua força de trabalho, ainda que ilegais, antes de deixar o empreendimento, o que, em face da relação entre os preços cobrados pelas mercadorias e o valor pago aos trabalhadores, acaba sendo impossível”, conclui o documento.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731



Refeitório sobre o banheiro

As condições degradantes as quais os trabalhadores eram submetidos não se limitavam à precária situação dos banheiros. Os funcionários da MRV abrigados no alojamento Central tinham de fazer as refeições em um refeitório construído sobre um conjunto de banheiros, que por sua vez continham fossas turcas em vez de vasos sanitários. “Do segundo andar do refeitório havia uma comunicação indireta com os sanitários – por força de fenda de mais de 30 metros de comprimento e cerca de 15 cm de largura. Um companheiro em momento íntimo, sem qualquer privacidade, teria de realizar suas necessidades fisiológicas sendo facilmente observado. Por óbvio, que o cheiro era insuportável e fazia qualquer um ter repugnância durante as refeições”, diz o relatório.

A alimentação servida, além de ser praticamente a mesma todos os dias, era rica em carboidratos e pobre em nutrientes. Aos cafés da manhã, apenas um pão era fornecido para cada um dos trabalhadores, que não podiam ter acesso a mais comida por conta própria, já que estavam distantes de qualquer estabelecimento comercial. Segundo as autoridades trabalhistas, tal realidade destoa com o fato de a MRV estar inscrita no Programa de Alimentação do

Trabalhador (PAT), por meio do qual obtém desconto no pagamento de impostos.

Jornadas exaustivas

A fiscalização constatou, ainda, a prática de jornada exaustiva imposta a alguns trabalhadores. Um deles, por exemplo, trabalhou das 6h25 às 19h35 por um mês, de 16 de setembro a 15 de outubro de 2014. Outro entrava às 6hs e saía às 19hs em diversos dias no mesmo período. Na maioria dos casos, porém, não foi possível averiguar qual era a jornada exercida, já que a MRV não teria apresentado documentação contendo controle dos horários. “Não havia a consignação dos horários de entradas, saídas e períodos para repouso ou alimentação efetivamente praticados, impossibilitando a comprovação documental da duração do trabalho realizado e, por consequência, a concreta aferição das horas laboradas pelo trabalhador. Assim, restou comprometida a verificação da regularidade da jornada e a concessão dos descansos legalmente previstos”, diz o relatório de fiscalização.

No total, o MTE expediu 22 autos de infração, 17 deles para a MRV. A construtora desembolsou R\$ 327.982,51 em verbas referentes às rescisões trabalhistas pagas aos trabalhadores resgatados. As terceirizadas, juntas, arcaram com R\$ 23.415,64. As vítimas receberam, ainda, guias de seguro-desemprego emitidas pelo Ministério do Trabalho, e retornaram a seus estados em ônibus contratados pela MRV.

O Ministério Público do Trabalho estuda propor um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) à empresa para que as irregularidades sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Segundo o procurador Marcelo José Fernandes, outra possibilidade é que se cobre a implementação dos termos de um acordo já existente entre MRV e MPT.

Participaram da fiscalização, além da auditora-fiscal Márcia Albernaz e do procurador Marcelo José Fernandes, os auditores Hercules Ramos Terra, Jane Morgana Mar Passos, Olivar Pimentel Brandão e Fátima Cristina Chammas dos Santos, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e os agentes Marcelo de Souza Guimarães e Helencar Medeiros Cabral Vicente, pela Polícia Rodoviária Federal.